



Perdão atingiria US\$ 9,6 bi, diz Costa Couto

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, declarou ontem que a anistia da correção monetária para os micro, pequenos e médios empresários e pequenos agricultores, proposta pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), atingiria a "cifra astronômica de US\$ 9,6 bilhões". Segundo ele, não coincidem os cálculos do Ministério da Fazenda e Banco Central com os realizados pelos assessores dos constituintes. Afirmou que a expectativa do governo é que seja encontrada uma solução de equilíbrio e de bom senso que resolva o problema das empresas viáveis, sem que a conta seja excessiva para os contribuintes.

Costa Couto negou que a anistia da correção monetária esteja provocando um desentendimento entre o presidente José Sarney e o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Segundo ele, anteontem à noite, o presidente, o ministro e os líderes do governo no Congresso constituinte mantiveram uma longa reunião no Palácio da Alvorada em que foi constatada uma "total e ampla sintonia". O ministro disse que a reunião teve como objetivo definir uma estratégia que evite os parlamentares de aprovarem uma solu-

ção que "desequ Shore a própria política econômica do governo".

O ministro não descartou a possibilidade de o governo editar um decreto-lei antecipando-se a uma decisão do Congresso constituinte. Mas, segundo ele, há outras alternativas em exame pelo governo: fixar um teto passível de perdão e rolagem da dívida. Costa Couto afirma que seja qual for a solução encontrada, o governo não admite a hipótese de patrocinar a hiperinflação e, "custe o que custar" não se afastará da meta de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) para o déficit público este ano. "Este é um ponto de honra do governo".

Correção monetária

No caso do Congresso constituinte aprovar uma emenda que garanta a anistia apenas da correção monetária, segundo o ministro, isto equivaleria a dispensar de pagamento 86% do débito total considerando uma inflação de 600%. Costa Couto afirmou que conceder anistia aos microempresários e pequenos agricultores significa também dizer que a conta será paga pelos trabalhadores, através do aumento da inflação e do descarte de projetos de "alta sensibilidade social". "O que precisa ficar claro é que não é o presidente

Sarney quem pagará esta conta", acrescentou.

Costa Couto disse que o governo não pode admitir nenhuma extravagância em termos de ônus para o Tesouro Nacional. Qualquer aumento nos gastos, que contrarie a nova política de contenção do déficit, poderá resultar desde novos cortes, "e aí já estamos com uma margem muito reduzida", até a demissão em massa de funcionários.

Costa Couto foi enfático ao negar que ele e o ministro João Batista de Abreu (Planejamento) estejam elaborando um programa econômico alternativo que vise recuperar a imagem do governo. "Isto me faz lembrar do Stanislaw Ponte Preta: que samba do crioulo doido". Afirmou ainda que "eu jamais me prestaria a um papel deste e nem o ministro João Batista".

O ministro comentou ainda a decisão do Congresso constituinte de anistiar e readmitir os funcionários públicos das empresas estatais. Segundo ele, a decisão atinge estados, municípios e governo federal. Disse que o ministro Mailson da Nóbrega está avaliando o quanto a medida irá significar em "bilhões de cruzados" nas três esferas de governo e perante os esforços de saneamento nas administrações municipais e estaduais.